

—Efeitos da CPI—

O ANO político foi, em grande parte, a CPI do Orçamento. Apesar de constituída só no último trimestre do ano civil, ela captou e sustentou o interesse do público mais que todas as atividades do Poder Legislativo e que toda a iniciativa do Executivo. E, através de múltiplas manifestações, recebeu sanção social positiva bem antes de poder apresentar seu relatório final.

ESSE interesse público inusitado pode ser explicado pela atenção que desperta a ação fiscalizadora do Congresso, notoriamente superior à produzida por sua função maior e constante, a de legislar.

POLÍTICA, afinal, é tanto o exercício do poder como a interação entre poder e opinião pública. É a regulação do exercício do poder pela sociedade. E raramente se terá notado um acompanhamento tão generalizado e tão constante dos trabalhos do Poder Legislativo como no curso da investigação sobre a Comissão do Orçamento. E a CPI fez por onde se justificasse o interesse. Em primeiro lugar, buscando a isenção, sempre difícil e por vezes dolorosa numa investigação do Congresso por si mesmo. Como que acautelando tal isenção, a CPI cuidou de

outro requisito da fiscalização — a ampla exposição pública.

EXPONDO-SE, a CPI se ofereceu ao julgamento público, enquanto recolhia elementos para se pronunciar sobre comportamentos individuais e procedimentos corporativos no exercício da representação popular. Sobre aqueles que fizeram da elaboração do Orçamento da União coleta de propinas. Sobre a inversão das subvenções sociais em vantagem pessoal, para o efeito de recomendação eleitoral. Sobre a prática abjeta, em vias de se difundir na escala do próprio Congresso, de fazer política mediante exploração de carências e dependências.

NÃO houve queda no apreço pelas instituições, porque esses vícios apareceram todos. Acentuou-se, ao contrário, a necessidade das instituições, na mesma medida em que se queria vê-las purificadas. Ou seja, na mesma medida em que a CPI se expôs.

ESSA ousadia implicou riscos. A exposição esteve, de fato, em vias de descambar para a superexposição. Houve momentos em que a integridade da fiscalização foi ameaçada pela divulgação precipitada de dados mal digeridos e pela tentação de fe-

rir adversários políticos; houve cenas de vedetismo.

PREVALECEU, porém, o discernimento da maioria, ciente de que investigação é perseverança, paciência e, acima de tudo, ação responsável. E assim se garantiu a continuidade dos trabalhos já por quase três meses, em ritmo que faz o tempo regimetal render e que dá em ganhos de produtividade.

O HÁBITO adquirido da perseverança será um trunfo, chegada a hora dos resultados mais duradouros da investigação. Depois de apuradas as responsabilidades, depois de votadas as sanções sobre os eventuais culpados, a CPI deverá arrastar o Congresso para uma outra missão: rever-se como instituição.

A TAREFA da comissão não se esgota em punições. Tem que resultar em fortalecimento da instituição, tornando-a incompatível com gorjetas, negociatas e conchavos. Tem que produzir, no processo da revisão constitucional, uma restauração do Congresso como poder de portas abertas para a sociedade. Só assim o interesse despertado agora na opinião pública será recompensado — e saciado o seu desejo de justiça.